

Discurso de posse na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, em 05 de fevereiro de 2015, no Teatro Luiz Mendonça, no Recife

Desembargadora Gisane Barbosa de Araújo

Agradeço, emocionada, aos elogios e palavras carinhosas recebidas dos que me antecederam, certa de que são fruto do espírito bondoso de cada um.

De início, gostaria de expressar reconhecimento à atitude dos meus pares, que me elegeram para conduzir o Tribunal, no biênio 2015-2017, e o faço também em nome dos demais Desembargadores que compartilharão essa elevada missão, Virgínia Malta Canavarro e Ivan de Souza Valença Alves, respectivamente Vice-Presidente e Corregedor.

A eleição da mesa diretora do Tribunal ocorre para atender a salutar alternância de gestão, seguindo as regras da Constituição da República e da Lei Orgânica da Magistratura, entre os Desembargadores mais antigos da Corte que ainda não ocuparam os respectivos cargos, ressaltando eventuais renúncias prévias. Esse processo de escolha tende a ser alterado. Alguns Tribunais do país ampliaram o seu colégio eleitoral, atendendo reivindicações defendidas pelas associações representativas da magistratura, sendo a idéia, inclusive, parcialmente contemplada na redação inicial do anteprojeto de lei complementar do novo Estatuto da Magistratura, que o Supremo Tribunal Federal prepara e que será debatido naquela Corte, no corrente ano, para remessa ao Congresso, em substituição a já desatualizada Lei Orgânica da Magistratura em vigor desde 1975. Virtudes ou desacertos serão objeto de experiências e avaliações futuras!

E assim, eleita a nova administração, em outubro de 2014, tenho a consciência de quão honrosa é a incumbência recebida, dada a tradição do nosso Tribunal, na condução da coisa pública com seriedade, ética e transparência, sendo merecedor de homenagens todos os demais magistrados que o conduziram. Sendo a sexta mulher a presidi-lo, peço vênias para destacar, expressamente, aquelas que me precederam, Irene de Barros

Queiroz, Ana Maria Schüller Gomes, Maria de Lourdes Araújo Cabral de Mello, Josélia Gomes da Costa e Eneida Melo Correia de Araújo. Cada uma, a seu modo, somou um pouco do perfil e da psicologia feminina. São essas periódicas substituições na administração que propiciam que cada magistrado venha apresentar seu contributo, pois, embora nós, juízes, tenhamos ingressado na carreira com o objetivo de praticar a justiça e prestar o dever jurisdicional, é a experiência de vida e profissional que cada um possui que permite renovação, a cada gestão. Como afirma Sua Santidade o **Papa Francisco** “**nossa vida é um caminho, quando paramos, não vamos para frente**”.

Por isso, embora me considere magistrada por vocação, aceitei o desafio para assumir cargo de gestão, oferecendo, com humildade, a minha força de trabalho, a dedicação e o empenho máximos, dentro das minhas próprias limitações, mas com a vivência de quem ingressou neste Tribunal em 1980, como servidora, abraçando a nobre carreira da magistratura em 1987, percorrendo seus vários degraus, com a passagem pela administração, à frente da Corregedoria no biênio 2011/2013, na expectativa de poder cooperar para o efetivação do cumprimento da nossa precípua missão de julgar.

Alivia-me saber que esse árduo mister será compartilhado pelos que compõem a mesa diretora, na certeza de que teremos um diálogo permanente para a consecução desse objetivo comum. A Desembargadora Virgínia Malta Canavarro, Vice-Presidente é magistrada desde 1980, com vasto tempo de atividade jurisdicional, aliada à recente experiência da Corregedoria Regional e o Desembargador Ivan de Souza Valença Alves, Corregedor, colega do concurso de juiz substituto, desde 1987, que, com seus atributos de temperança e discrição, saberá orientar e aprimorar a prestação jurisdicional de primeira instância.

A Escola Judicial terá a frente os Desembargadores Pedro Paulo Pereira Nóbrega e André Genn de Assunção Barros, eleitos como diretor e vice-diretor, respectivamente, que, certamente estarão diligentes na organização de cursos e treinamentos para aperfeiçoamento dos nossos juízes e servidores.

A Ouvidoria do nosso Tribunal será exercida pela Desembargadora decana da Casa, Eneida Melo Correia de Araújo, contando com a Desembargadora Nise Pedroso Lins de Sousa como vice-ouvidora, assim como foi eleito um time feminino para as Presidências das nossas quatro Turmas, composto das Desembargadoras Maria do Socorro Silva Emerenciano, Dione Nunes Furtado da Silva, Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino e Nise Pedroso Lins de Souza.

Além disso, por tradição e espírito solidário de todos que participam do nosso Tribunal, tenho a certeza de que todos, desembargadores, juízes e servidores da Casa, assim como os membros do Ministério Público do Trabalho, em firme integração com esta Corte estarão imbuídos, sempre, do mesmo propósito, com idéias, críticas e intenso espírito colaborativo.

À nobre classe dos advogados, operadores do direito que nos desafiam no cotidiano e nos levam a uma constante atualização dos nossos conhecimentos, rendo meus sinceros respeitos, pois cresci vendo a dedicação extrema e diária do meu pai, José Barbosa de Araújo, na busca incessante pela justiça, o que fez com valentia até seus últimos tempos de vida, recebendo, desta Corte, a elevada distinção de nomear o fórum das Varas desta capital, passando ao meu irmão, Ivan Barbosa de Araújo, esse relevante papel. Estou certa de que a Ordem dos Advogados do Brasil e seus ilustres representados não se furtarão ao entendimento, preservando esse relacionamento cortês e atencioso.

A interação e troca de boas práticas com os demais Tribunais, também procurará ser cultivada, buscando suporte para ações que serão implementadas, junto ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho - que não nos têm faltado - certa, outrossim, do apoio que, sem dúvida, também virá dos Executivos e Legislativos Federal, Estadual e Municipal.

Permitam-me uma referência toda especial à toda a magistratura trabalhista de primeiro grau do nosso Tribunal, ao nosso qualificado quadro de juízes e juízas, citando **Piero Calamandrei: "O juiz é o direito tornado homem. Na vida prática, só desse homem posso esperar a proteção**

prometida pela lei sob uma forma abstrata. Só se esse homem souber pronunciar a meu favor a palavra justiça, poderei certificar-me que o direito não é uma promessa vã”.

Aos nossos juízes e à associação que os congrega, a Amatra VI, faço um apelo para que, debruçando-nos sobre a nossa realidade, com os nossos recursos humanos e materiais limitados, possamos construir alternativas para alcançarmos resultados positivos que propiciem ao nosso cidadão uma melhor e mais célere prestação jurisdicional, buscando superar dificuldades e divergências de forma respeitosa, com diálogo e transparência.

Afinal, a Carta Magna elege a razoável duração do processo, no âmbito judicial e administrativo, como garantia do cidadão, constituindo finalidade a ser almejada, notadamente no nosso caso, em que lidamos com créditos de natureza alimentar, e em regra, de trabalhadores desempregados, pois há muito já anunciava **Ruy Barbosa** que **“justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta.”**

São sempre muitos e incontáveis os desafios enfrentados pela administração pública, tolhida pelas amarras e burocracias inevitáveis. Alguns desafios se repetem, outros são inovadores e alguns até inesperados, e, paralelamente, crescentes são as novas cobranças e metas trazidas aos gestores e aos magistrados, notadamente pela atuação do Conselho Nacional da Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, forçando a que os enfrentemos em busca de superação e, que se estendem a todos, gestores em maior ou menor grau, no âmbito de suas respectivas atuações, certa de que nosso imprescindível e devotado corpo de servidores também compartilha do mesmo ideal. Aliás, tive o privilégio, ao longo da minha carreira, de testemunhar a dedicação dos servidores das Varas onde atuei, das Secretarias de Turmas, da equipe da Corregedoria Regional, dos que me acompanham no meu Gabinete e assim também ocorrerá em relação àqueles mais diretamente ligados à administração.

Às direções passadas, quero expressar meu enorme reconhecimento pelo trabalho realizado, cada qual contribuindo para os avanços conseguidos.

Em particular, aos que agora concluíram seus mandatos, destaco, dentre outras medidas, a conclusão da implantação do Processo Judicial Eletrônico, em todo o Regional, em junho de 2014, com elogios nacionais pela qualidade do serviço e do treinamento oferecido; a assinatura, recentemente, após aprovação perante o Tribunal de Contas da União e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do contrato referente ao prédio a ser construído, sob medida, para locação, pelo Tribunal, para a instalação das Varas do Trabalho da Capital e Escola Judicial, bem assim a instalação das novas Varas que passaram a integrar o nosso Tribunal: 2ª e 3ª de Goiana e a 2ª de Nazaré da Mata, além da entrega das amplas e modernas instalações da 3ª. Vara de Olinda e dos fóruns de Nazaré da Mata e Paulista, estando em fase final a obra no local para instalação da Secretaria de Informática, em prédio próprio, no bairro de Afogados, nesta cidade. E, ainda, o encaminhamento, ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, dos projetos solicitando a criação de novas Varas e respectivos cargos de magistrados e servidores, num total de 12 unidades (8 na Capital e 1 nos municípios de Jaboatão, Vitória de Santo Antão, Carpina e Serra Talhada) e de criação de cargos de servidores para área administrativa.

Ao Desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, que volta a integrar a bancada, compondo a nossa 4ª Turma, justamente na vaga que ora deixo e que, com muita satisfação, ocupei nos últimos dois anos, quero lhe dirigir a palavra para dizer que me aflige tentar atravessar esse biênio com a leveza com que Vossa Excelência o fez. Em recente homenagem prestada pelos servidores da Casa, essa característica de sua personalidade, de procurar agir atenuando e minimizando as crises ultrapassadas, foram enaltecidas naquela ocasião e por certo disso procurarei lembrar e me inspirar, manifestando, ainda, todo o reconhecimento aos Desembargadores Pedro Paulo Pereira Nóbrega e Virgínia Malta Canavarro, que deixam a Vice-Presidência e a Corregedoria, estendendo os elogios aos que estiveram à frente da Escola Judicial, tão bem conduzida pelo Desembargador André Genn de Assunção Barros e pelo Coordenador Juiz Agenor Martins Pereira e aos demais Juízes que auxiliaram a administração, Virgínio Henriques de Sá e Benevides, Saulo Bosco Souza de Medeiros e Patrícia Coelho Brandão Vieira e aos distintos e dedicados servidores que a integraram.

A administração que se inicia terá que se debruçar sobre ações e intervenções, de possível execução, observando limitações de ordem legal e orçamentária, no prédio onde funciona o Fórum José Barbosa de Araújo, que congrega as Varas da Capital, localizado no edifício SUDENE.

Vencida a fase da celebração do contrato para a construção do novo prédio que abrigará essas Varas, que foi feito na moderna modalidade de locação sob medida, seguir-se-á a etapa de acompanhamento do desenvolvimento da obra, com observância à qualidade e ao cronograma ajustados.

Paralelamente, além da constante e necessária manutenção das outras unidades que integram o nosso Regional, caberá a atenção para dar início à construção de fóruns próprios em outras localidades, a exemplo de Igarassu, Ipojuca e Goiana, conforme diretrizes aprovadas pelo plenário do Tribunal, como parte da planilha de obras prioritárias, em sessão realizada em novembro de 2014.

E prosseguir no acompanhamento da tramitação dos projetos já citados, encaminhados ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, visando a criação de novas Varas e cargos, seguindo-se o esforço para sua aprovação no Congresso Nacional.

Ao primeiro grau de jurisdição, porta de entrada do cidadão junto à nossa Justiça, serão canalizados esforços para melhorias e manutenção das estruturas físicas e atenção constante à observância da lotação de suas unidades, com oferecimento de cursos e treinamentos para o aperfeiçoamento dos nossos servidores.

Em relação ao andamento de processos administrativos, é de ser buscada a implementação da informatização da sua tramitação, a exemplo do que já ocorre na esfera jurisdicional, contribuindo para a redução do tempo de solução das matérias administrativas e maior segurança e transparência nas decisões e, especificamente na área de pessoal, o desenvolvimento de estudos para a regulamentação e o início da implantação de duas realidades: a adoção do ponto biomédico e o teletrabalho.

E ainda a conclusão do concurso de juiz substituto ora em andamento, para recompor o nosso quadro de magistrados.

O nosso Tribunal tem zelado pela continuidade em suas ações administrativas, aprovando, recentemente, o seu Planejamento Estratégico para os anos 2015-2020, elaborado de forma democrática e participativa, delineando os passos a serem observados pelos seus gestores, nos vários setores da instituição.

A harmonia que conduz o dia a dia de nossa Casa, com compartilhamento dos problemas e suas decisões tomadas democraticamente, com respeito às divergências, é qualidade a ser preservada, com todo vigor.

Permitam-me uma homenagem e demonstração de gratidão aos meus familiares: minha mãe, Risonita Barbosa de Araújo, sempre a meu lado, com sua invejável vitalidade; ao meu pai, José Barbosa de Araújo, que, ausente fisicamente, porém, permanece presente, intensamente, na nossa memória, pelos princípios e ensinamentos repassados, ao meu companheiro José Alves da Silva Júnior, aos meus filhos Felipe e Camila, minha nora Thais e à Serginho; meus irmãos, Rita de Cássia, Ivan e Cynthia, tios, sobrinhos, cunhados, minha sogra (padrinhos) e a todos os demais familiares e amigos aqui presentes, que revelam e reforçam o laço de solidariedade e fraternidade que nos une.

Àqueles que convivem proximamente comigo, peço que exercitem ainda mais a compreensão e paciência que dedicam a mim, porque são o esteio de que disponho, com a insubstituível proteção de Deus.

Quero, nessa época em que nosso Estado já vive o clima de sua festa mais popular, homenagear os cidadãos pernambucanos, nossos jurisdicionados, a quem dedico o meu trabalho, aproveitando-me da letra do frevo do nosso compositor
Lenine:

**“Sou o coração do folclore nordestino
Eu sou Mateus e Bastião do Boi Bumbá
Sou um boneco do Mestre Vitalino**

**Dançando uma ciranda em Itamaracá
Eu sou um verso de Carlos Pena Filho
Num frevo de Capiba
Ao som da orquestra armorial
Sou Capibaribe
Num livro de João Cabral**

**Sou mamulengo de São Bento do Una
Vindo num baque solto de um Maracatu
Eu sou um auto de Ariano Suassuna
No meio da Feira de Caruaru
Sou Frei Caneca do Pastoril do Faceta
Levando a flor da lira
Pra Nova Jerusalém
Sou Luis Gonzaga
Eu sou do mangue também**

**Eu sou mameluco, sou de Casa Forte
Sou de Pernambuco, sou o Leão do Norte”**

Finalizando, registro a colaboração da AAPJustra, para a realização desse evento, na pessoa de Antônio Marcelino e da valiosa equipe de servidores da Casa e, em meu nome pessoal, dos demais desembargadores que hoje assumem a direção e de todos compõem a Corte, agradeço a todos que se deslocaram até esse teatro, participando dessa solenidade, honrando-nos com suas presenças. O nosso Tribunal expressa a imensa gratidão em tê-los conosco.

Muito obrigada.
Gisane Barbosa de Araújo